

NEODESENVOLVIMENTISMO, NEOLIBERALISMO E O DESENVOLVIMENTO NO PENSAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL BRASILEIRO

Pedro Felipe Narciso¹

RESUMO: O trabalho ora apresentado insere-se num esforço de pesquisa mais amplo, o qual deverá resultar numa dissertação de mestrado acerca do posicionamento das frações burguesas sobre a instituição do Regime de Partilha no segundo governo Lula. Considerando que um momento de uma formação social pode ser investigado a partir da relação entre três instâncias relativamente autônomas: o político, o econômico e o ideológico, o artigo que se apresenta aqui tem como objetivo fazer uma aproximação, ainda que exploratória, do nível ideológico daquela conjuntura, construindo um quadro de referência a ser inserido, posteriormente, na relação com as instâncias econômica e política, os quais constituem no seu conjunto a estrutura global da conjuntura em questão. No sentido de constituir uma primeira aproximação, a proposta é reconstruir, ainda que de modo muito geral, os antecedentes teóricos que fundamentaram as propostas neoliberal ortodoxa, no caso da burguesia associada; e neodesenvolvimentista, no caso da burguesia interna. Nesse sentido o trabalho divide-se em três partes: primeiro, uma reconstituição do debate sobre desenvolvimento no pensamento social brasileiro; segundo, uma apresentação do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo no Brasil; e, por fim, algumas considerações hipotéticas com o intuito de relacionar os quadros teóricos apresentados.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Neodesenvolvimentismo. Teoria Social Brasileira.

NEODEVELOPMENTALISM, NEOLIBERALISM AND THE DEVELOPMENT IN ECONOMIC AND SOCIAL BRAZILIAN THINKING

ABSTRACT: The work presented here is part of a larger research effort, which should result in a master's dissertation about the position of the bourgeois fractions on the institution of the

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Sociologia na Universidade Federal de Pelotas. Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente pesquisa frações burguesas e projetos de desenvolvimento no segundo governo Lula com ênfase na temática que envolve a exploração petrolífera. E-mail: pedro_felipenarciso@hotmail.com.

Sharing Regime in the second Lula government. Considering that a moment of a social formation can be investigated from the relation between three relatively autonomous instances: the political, the economic and the ideological, the article presented here aims to make an approximation, albeit exploratory, of the ideological level of that conjuncture, constructing a frame of reference to be inserted, later, in the relation with the economic and political instances, which together constitute the global structure of the conjuncture in question. In order to constitute a first approximation, the proposal is to reconstruct, albeit in a very general way, the theoretical antecedents that underpinned the neoliberal orthodox proposals, in the case of the associated bourgeoisie; and neodevelopmentalist, in the case of the internal bourgeoisie. In this sense the work is divided into three parts: first, a reconstitution of the debate about development in Brazilian social thought; second, a presentation of neoliberalism and neodevelopment in Brazil; and, finally, some hypothetical considerations with the intention of relating the presented theoretical frameworks..

Keywords: Neodevelopmentalism. Neoliberalism. Brazilian social thought.

NEODESARROLLISMO, NEOLIBERALISMO Y EL DESARROLLO EN EL PENSAMIENTO ECONÓMICO Y SOCIAL BRASILEÑO

RESUMEN: El trabajo presentado se inserta en un esfuerzo de investigación más amplio, el cual deberá resultar en una disertación de maestría acerca del posicionamiento de las fracciones burguesas sobre la institución del Régimen de Compartir en el segundo gobierno Lula. Considerando que un momento de una formación social puede ser investigado a partir de la relación entre tres instancias relativamente autónomas: el político, el económico y el ideológico, el artículo que se presenta aquí tiene como objetivo hacer una aproximación, aunque exploratoria, del nivel ideológico de esa coyuntura, construyendo un marco de referencia a ser insertado, posteriormente, en la relación con las instancias económica y política, los cuales constituyen en su conjunto la estructura global de la coyuntura en cuestión. En el sentido de constituir una primera aproximación, la propuesta es reconstruir, aunque de modo muy general, los antecedentes teóricos que conllevan las propuestas neoliberal ortodoxa, en el caso de la burguesía asociada; y el neodesarrollo, en el caso de la burguesía interna. En ese sentido el trabajo se divide en tres partes: primero, una reconstitución del debate sobre desarrollo en el pensamiento social brasileño; segundo, una presentación del neoliberalismo y del neodesenvolvimentismo en Brasil; y, finalmente, algunas consideraciones hipotéticas con el fin de relacionar los cuadros teóricos presentados.

Palavras Clave: Neodesarrollismo. Neoliberalismo. Pensamiento social brasileño.

1. Introdução

O presente artigo insere-se num esforço de pesquisa mais amplo, tal esforço refere-se à construção de dissertação de mestrado com temática referente à prática política de duas frações burguesas na conjuntura de aprovação da Lei do Regime de Partilha durante o Segundo Governo Lula. Nesse sentido, cabe fazer nesta introdução um pequeno desvio que apresente o projeto geral de pesquisa, e como esse se relaciona com a proposta do trabalho.

O projeto geral de pesquisa tem a seguinte pergunta fundamental: Para qual direção apontavam as práticas políticas da fração burguesa associada e as práticas políticas da fração burguesa interna no que tange ao processo legislativo que estabeleceu o Regime de Partilha na conjuntura do Segundo Governo Lula? Ou seja, busca-se verificar o comportamento político de duas frações da burguesia frente à questão do petróleo. A primeira seria a fração da burguesia associada, que observou no processo de abertura econômica dos anos de 1990 uma oportunidade de associação, ainda que subordinada e dependente, ao grande capital internacional. Essa fração da burguesia teria como plataforma política um programa neoliberal ortodoxo, seus partidos típicos seriam o PSDB e o DEM. A segunda fração da burguesia seria a chamada burguesia interna, que apesar de ter apoiado o programa neoliberal ortodoxo dos governos FHC, distanciou-se progressivamente daquele, passando a defender políticas de proteção ao capital doméstico em associação com o Estado. Essa fração não teria conseguido estabelecer um partido próprio com significância parlamentar, aproximando-se, assim, do Partido dos Trabalhadores no intuito de compor e dirigir a chamada frente neodesenvolvimentista, podendo melhorar sua posição no bloco no poder frente à burguesia associada e o seu programa neoliberal ortodoxo (BOITO JUNIOR, 2012).

No que diz respeito ao arranjo metodológico para desvendar esse processo, pretende-se fazer aproximações nas três instâncias estruturantes de uma formação social (POULANTZAS, 1977), buscando, com isso, estabelecer uma relação entre essas instâncias. Esse processo metodológico será denominado como aproximação por unidades de referências coerentes. As unidades de referência numa instância servirão como instrumento heurístico para o desvendamento empírico de outra, num processo que parte do mais explícito para o menos explícito. As três instâncias são as seguintes: O ideológico, onde ideologias do desenvolvimento apresentam-se explicitamente como meras correntes de opinião (unidade de referência mais explícita); o político, onde os porta-vozes explícitos de projetos implícitos se mostram² (unidade de referência intermediária); e o econômico, onde se tem o duplamente implícito, frações de classes que mobilizam ideologias do desenvolvimento e defensores dessas ideologias no plano político como se essas não repousassem sobre os interesses objetivos de uma classe ou fração. Esse procedimento busca, portanto, conceber as três instâncias em sua unidade. Tal procedimento não é novo e remonta as obras históricas de Marx, tal como O Dezoito do Brumário de Luís Bonaparte. Armando Boito Jr, ao observar o texto supracitado assevera que,

² Vale ressaltar: implícitos no político e explícitos no ideológico, o qual será previamente investigado.

Os partidos burgueses e pequeno-burgueses não anunciam abertamente os interesses que representam e organizam. Na verdade, eles representam e, ao mesmo tempo, dissimulam interesses de classe. As ideias, os valores e programas desses partidos cumprem a dupla função de organizar seus representados e iludir a classe operária. Veremos no final deste comentário, que é outra (e deve ser outra) a relação dos partidos operários com a classe que representam. Por ora, contudo, o que interessa destacar é que a análise política marxista das sociedades capitalistas só começa quando, e somente quando, o analista evidencia os laços complexos que unem a cena política aos interesses econômicos e aos conflitos de classe. Praticar análise política designando os agentes presentes na cena política pelos nomes e objetivos que eles próprios se dão é permanecer na superfície enganosa do fenômeno, e muitos marxistas incorrem nesse erro, típico da ciência política vulgar (BOITO JUNIOR, p. 140, 2007).

A partir desta fundamentação metodológica introduz-se a relação do presente artigo com a dissertação proposta. Sendo uma formação social reciprocamente determinada por três instâncias e o método proposto o de progredir heurísticamente do mais evidente para o mais subterrâneo, o artigo tem o objetivo de aproximar-se da unidade de referência do ideológico, o qual estaria polarizado por duas ideologias do desenvolvimento, as quais se apresentam como meras correntes de opinião, ou teorias econômicas: o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo. Com a intenção de verificar essas duas perspectivas do desenvolvimento e sua repercussão em território nacional o trabalho divide-se em três partes: primeiramente, uma consideração acerca do pensamento social brasileiro sobre o desenvolvimento; em segundo lugar, uma apresentação do neoliberalismo e do neodesenvolvimentismo; e, por fim, considerações hipotéticas que relacionem o pensamento social brasileiro do desenvolvimento com as duas polarizações contemporâneas, que poderão ser desdobradas futuramente.

2. Desenvolvimento e sociologia do desenvolvimento no Brasil

O desenvolvimento como problema de pesquisa científico pode ser abordado por disciplinas diversas, uma, no entanto, acabou reclamando para si com relativo sucesso o monopólio da investigação e da explicação sobre a temática, trata-se das ciências econômicas, que, não raramente, reduz o desenvolvimento ao crescimento bruto da economia. Entretanto, nem sempre foi assim. No Brasil, principalmente, os debates sobre o desenvolvimento movimentaram os departamentos e os intelectuais também da área de sociologia, os quais reivindicavam a mesma legitimidade dos economistas sobre a pesquisa acerca do desenvolvimento. De acordo com Leme (2015), a contribuição do trato sociológico do desenvolvimento está em

compreender quais estratégias, atores, grupos e classes fazem parte desse processo. E ainda mediante, quais embates, conflitos e consensos essas estratégias para o desenvolvimento se configuram como hegemônicas em determinado período histórico/temporal (LEME, p.497, 2015).

Embora esse trato sociológico seja fundamental, não se advoga uma exclusividade da pesquisa à sociologia, pelo contrário, pois entendendo o desenvolvimento como temática interdisciplinar, defende-se aqui que o mesmo não pode ficar limitado às fronteiras departamentais, estabelecidas mais por questões burocráticas do que por questões epistemológicas. Nesse sentido, mobilizar um instrumental diversificado faz-se necessário. Dois autores em particular fizeram isso quando trataram de dar um panorama geral das teorias do desenvolvimento no Brasil e os vínculos dessas com estratégias de grupos e classes sociais. Um deles é trabalhado e apresentado pelo próprio Leme, trata-se de Bresser-Pereira (LEME, 2015), que indica, primeiramente, a existência de seis grandes chaves explicativas até os anos de 1980. O segundo autor é Guido Mantega (1997), que apresenta cinco e não seis grandes chaves explicativas sobre o desenvolvimento no Brasil durante o século XX. Ao observar que ambas trazem contribuições aos objetivos propostos, busca-se fazer uma síntese entre as duas perspectivas, as quais mais do que divergentes, complementam-se.

A partir dessa dupla perspectiva de partida, propõe-se a seguinte periodização acerca das perspectivas de desenvolvimento no Brasil: a) perspectiva da vocação agrária; b) perspectiva nacional-burguesa; c) perspectiva autoritário-modernizante;³ d) perspectiva marxista da dependência⁴; e) perspectivas da nova esquerda;⁵ e f) perspectivas do pós-desenvolvimentismo. Apresenta-se a seguir cada uma delas.

A perspectiva da vocação agrária partia do pressuposto que a estrutura agrário-exportadora do Brasil, organizada deste modo desde a colônia, deveria ser protegida e intensificada. Nesse sentido, o Brasil deveria especializar-se na divisão internacional do trabalho na produção agropecuária observando as vantagens comparativas teoricamente obtidas pela especialização de excelência na produção de bens agrícolas. De acordo com

³ Até aqui utilizamos as nomenclaturas de Bresser Pereira.

⁴ Aqui Bresser utiliza o termo “teorias da super-exploração”; Mantega denomina como teoria neomarxista; Denominaremos como Teoria Marxista da Dependência, tal como os autores da corrente denominavam-se. Justifica-se essa nomenclatura porque a teoria da dependência foi um esforço coletivo desenvolvido por meio do debate intelectual ocorrido entre os pensadores brasileiros exilados no Chile. E muito embora tal teoria tenha se dividido em duas grandes vertentes, não cabe a nenhuma delas a exclusividade sobre a “paternidade” da referida teoria.

⁵ Aqui se utiliza nova esquerda, como em Mantega; e não, nova dependência, como em Bresser. Por um lado, pelo mesmo motivo explicitado na nota 2; por outro, porque serão inseridas perspectivas que dialogam com a dependência mas não se enquadram tão perfeitamente em tal esquema.

Leme (2015), Bresser considerava que tal perspectiva representava os interesses da burguesia agrário-mercantil, produzindo a ideologia do Brasil como o país abençoado por riquezas naturais, sendo o aproveitamento de tais riquezas, obrigatoriamente, a sua vocação econômica. Os autores citados como defensores de tal perspectiva são: Oliveira Vianna, Paulo Prado, Eugênio Gudim, Euclides da Cunha, Alberto Torres, e Silvio Romero. Tal perspectiva foi hegemônica no político durante toda a República Velha, de 1889 até 1930.

A perspectiva nacional-burguesa é uma perspectiva de desenvolvimento que se constitui em oposição à perspectiva da vocação agrária. Nela o Brasil é lido com um país com potencial industrial enorme, sendo que toda perspectiva de desenvolvimento é vista como uma perspectiva de industrialização e urbanização. Essa perspectiva entende o Brasil como um país cindido em dois, um é o Brasil tradicional (“república velha”) destinado a desaparecer, mas que luta para manter-se no poder por meio de elites agrárias retrógradas anti-modernizantes. O outro País seria o Brasil moderno, destinado à indústria e a urbanidade, enfim, a uma modernidade completa tal qual alcançada pelos países do capitalismo central. Tal perspectiva representaria um pacto amplo entre uma burguesia industrial nascente, o proletariado industrial, alguns setores médios urbanos e a pequena e média burocracia estatal. O grande pano de fundo que reuniu de modo diverso grupos políticos diferenciados foi o nacionalismo, a chamada política de libertação nacional. Intelectualmente seus representantes localizavam-se no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no Partido Comunista do Brasil (PCB) e na Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), órgão que abrigou o maior expoente da perspectiva nacional burguesa, Celso Furtado, cuja tese básica defendia uma política de substituição de importações e reformas de base para a criação de um mercado interno que oferecesse vazão ao processo de industrialização, criando um ciclo virtuoso entre produção interna, criação de empregos, elevação do consumo, portanto, da demanda agrada e, novamente, da produção interna. A hegemonia de tal perspectiva começa a ser esboçada em 1930, ganha uma perspectiva democrática importante a partir de 1945 e se encerra em 1964, quando a aliança burguesia nacional – Estado – proletariado urbano é substituída por burguesia “nacional” – Estado – capital externo.

Como antecipado no parágrafo acima, o proletariado urbano (e também o campesinato em vias de transformar-se em pequena burguesia proprietária pela mão da reforma agrária; ou em proletariado urbano, pelo fluxo migratório) são apeados do “pacto populista”, o qual sustentava no político a perspectiva nacional-burguesa. Tal perspectiva foi substituída pela autoritário-modernizante que, não deixando de ser desenvolvimentista, perspectivava garantir

taxas de lucro mediante o aumento da exploração do proletariado urbano, a garantia da propriedade latifundiária e, não menos importante, a integração subordinada ao capital estadunidense, desorganizando a hipótese real de uma burguesia nacional conduzir o processo de modernização independente. Os dois principais teóricos de tal perspectiva são Delfin Neto, vinculado a USP; e Roberto Campos, vinculado a FGV-RJ. Tais autores, embora tivessem uma formação liberal ortodoxa, não alimentavam ilusões quanto ao desenvolvimento nos países periféricos. Para esses, o “arranque” deveria ser produzido e conduzido pelo Estado, que aplicaria uma política de sacrifício do consumo para formação de uma poupança interna que, em tese, seria revertida em capital produtivo doméstico, funcional à industrialização. Uma tese importante oriunda dessa escola, especificamente de Delfin Neto, é de que a agricultura não seria um entrave à industrialização, um resquício do Brasil tradicional, mas que aquela poderia ser funcional ao processo industrializante. Tal perspectiva foi hegemônica até a crise da ditadura nos anos de 1980. De 1964 a 1980, no entanto, diversas perspectivas bastante sofisticadas foram desenvolvidas, porém, o seu lastro de classe fica pouco evidente ou nem pode se realizar, posto que o fechamento autoritário e a imposição da perspectiva única impossibilitou esse encontro entre teoria e os seus portadores histórico-políticos, as classes, frações, e camadas. Abordar-se-ão algumas dessas teorizações a seguir.

A teoria marxista da dependência distancia-se das teses marxistas dominantes, as quais se aproximavam mais da perspectiva nacional-burguesa. A tese central que unifica essa escola é a do capitalismo enquanto sistema global que opera pelo padrão “desigual e combinado”, produzindo riqueza no centro e miséria na periferia, nesse sentido os países da periferia estariam condenados ao subdesenvolvimento, podendo superá-lo somente mediante revoluções socialistas. A justificativa teórica dessa assertiva centra-se nas categorias de super-exploração e transferência de valor da periferia para o centro. O que isso quer dizer? Que a mais-valia extraída na periferia tinha que pagar os lucros de duas burguesias, a central e a periférica associada. Tal operação só poderia ser realizada mediante a super-exploração da força de trabalho, o que impossibilitaria a formação de um mercado interno e a realização virtuosa do processo capitalista como criam os cepalinos. Ainda no interior da teoria marxista da dependência desenvolveram-se noções importantes de como o centro reproduz-se na periferia, produzindo, inclusive, relações de subimperialismo nas franjas do sistema. Os principais autores dessa perspectiva são Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotônio dos Santos e Gunder Frank.

Na chamada nova esquerda as teorias são diversas. Entre os diferentes autores elencados, aqueles que interessam a presente proposta são: Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto e Francisco de Oliveira. Fernando Henrique Cardoso e, mais tarde, também Faletto criticavam duas teses principais: uma proveniente da perspectiva nacional-burguesa, de que era possível um desenvolvimento capitalista autóctone; e outra oriunda da teoria marxista da dependência, de que nenhum capitalismo poderia trazer desenvolvimento. A tese proposta em contraposição às duas anteriores era a de que o padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil não era do tipo clássico, endógeno, mas do tipo dependente associado e que, sim, era possível desenvolver virtuosamente o capitalismo a partir de um rearranjo político-institucional interno. Os autores buscam demonstrar que a burguesia “nacional” nunca teve interesse em associar-se efetivamente com os setores populares para enfrentar as elites rurais históricas e o próprio imperialismo. Sendo a burguesia industrial muito recente, seus membros não teriam desenvolvido uma consciência autônoma e unificada de toda a classe, vislumbrando, assim, muito mais os ganhos econômicos imediatos mediante associação privilegiada com o capital externo do que projetos civilizatórios amplos. A tese principal da dependência gira em torno da perspectiva que, embora subordinada ao capital externo, à dinâmica de uma economia periférica não pode ser entendida a partir da dinâmica exterior. No contexto do capital internacional os países periféricos podem se inserir, se associar e se desenvolver de modos muito distintos de acordo com a própria estrutura interna dos processos de acumulação e de estruturação política e institucional. O desenvolvimento depende do capital externo, mas sempre de maneira articulada aos fatores internos. Nesse ponto de vista é necessário reorganizar-se internamente no sentido de tornar-se atrativo ao investimento e ao desenvolvimento trazido desde fora.

Francisco de Oliveira, por outro lado, defende a tese de que o capitalismo brasileiro a partir de 1930 é um processo todo voltado e dirigido pelo esforço de industrialização. De acordo com esse autor a CLT cumpriu o papel de acelerar o êxodo rural na formação de exercito industrial de reserva, sendo o salário mínimo estabelecido como forma de equalizar por baixo os salários e garantir o Estado como intermediador dos conflitos de classes. O atraso nas relações laborais no campo, para Oliveira, não seriam uma barreira ao processo industrializante brasileiro, mas uma condição, visto que a pobreza e o sobretrabalho campesino ofereciam às cidades alimentos a preços baixíssimos, os quais garantiam que a reprodução da força de trabalho fosse possível mediante salários igualmente baixos. Os salários reduzidos seriam também possíveis pela jornada dupla do trabalhador urbano que, por

exemplo, não tendo condições de sustentar por via do salário um aluguel, constrói com trabalho extra a sua habitação. Tal prática corresponde a trabalho não pago, subtraído do salário.

Contrariando a perspectiva dependentista de que só é possível um desenvolvimento industrial a partir da coordenação entre o externo e o interno, Francisco de Oliveira demonstra que mesmo quando o capital internacional não tinha interesse no desenvolvimento industrial brasileiro, forças endógenas conseguiram ensejar tal processo. Um exemplo que ele usa é o da Companhia Siderúrgica Nacional. Dessa maneira, ele entende que a industrialização brasileira não foi mobilizada por meio da associação, mas que a associação ocorreu quando o nível de industrialização e modernização nacional se tornaram interessantes para o capital externo. Assim, a tese de Oliveira é de que ao contrário da fase agrário-exportadora, quando a dinâmica interna explicava-se pelo externo, a partir de 1930 a dinâmica interna da luta de classes passou a preponderar no modo como o desenvolvimento do capitalismo no Brasil fora desenvolvido.

Por fim, chega-se ao pós-desenvolvimentismo, quando a preponderância do Estado como indutor do desenvolvimento começa a deixar de ser uma questão central e o debate que hegemoniza a sociologia passa mais pelas temáticas da democracia e da desigualdade social. Mantega cita como os primeiros teóricos desse novo momento Pedro Malan e Fishlow, os quais criticam estudos prévios encomendados pelos porta-vozes da ditadura. Ambos os autores buscam demonstrar que é a propriedade e não a escolaridade que reproduz os diferentes níveis de renda. Pedro Malan, especificamente, demonstra que dados indicavam que a diferença de renda entre indivíduos com o mesmo grau de escolaridade é maior do que entre os indivíduos com grau de escolaridade diferentes.

Feito, então, esse balanço do pensamento social brasileiro sobre o desenvolvimento, avançar-se-á no próximo capítulo para o desdobramento das duas perspectivas hegemônicas no Brasil contemporâneo, o neoliberalismo e o neodesenvolvimentismo.

4. Neoliberalismo e neodesenvolvimentismo

No imediato Pós-Segunda Guerra Mundial estabeleceu-se no centro do capitalismo (Estados Unidos e Europa Ocidental) um verdadeiro pacto de classes. Esse pacto que pode ser chamado de Fordista-Keynesiano (CASTELO, 2012) foi o que garantiu a existência dos Estados de Bem-estar social, nos quais os conflitos de classes eram mediados por um Estado forte, comprometido em conduzir o desenvolvimento econômico garantindo o acesso de uma

parcela ampla da população a direitos sociais. Como já antecipado pela nomenclatura do pacto, a teoria que orientava as estratégias de desenvolvimento foi àquela desenvolvida por John Maynard Keynes, segundo a qual os mecanismos de mercado não produziam autonomamente as condições necessárias à sua reprodução, promovendo, ao contrário, um descompasso entre a capacidade de produção e de consumo, o que, em última análise, levava a crises cíclicas de superprodução e provocavam o desemprego e, portanto, a possibilidade de convulsão social. Nesse sentido o Estado deveria operar na economia fazendo com que o consumo acompanhasse a produção, garantindo um equilíbrio entre a oferta e a demanda, fechando um círculo econômico virtuoso (HUNT E SHERMAN, 1977). Essa perspectiva orientou o pacto fordista-keynesiano, o qual tinha como classes fundamentais o proletariado industrial e a burguesia industrial. O pacto foi amplamente hegemônico nas economias capitalistas centrais entre o período de 1945 a 1975, conhecido como “os trinta anos gloriosos” ou a “Era de Ouro” do capitalismo (HOBSBAWM, 2015).

Durante esse período de ampla hegemonia do pensamento keynesiano, um grupo de intelectuais vinculados a uma tradição liberal ortodoxa se reuniu em torno da recém-fundada Sociedade Mont Pèlerin. De maneira diversa tal sociedade de intelectuais defendia que o Estado Keynesiano seria a porta de entrada do ocidente para um regime de servidão, comparando o Estado de Bem-Estar ao Socialismo Soviético e às ditaduras Nazi-Fascistas. Nesse sentido retomaram e radicalizaram teses já radicais do liberalismo, não do clássico, Smith e Ricardo; mas do neoclássico, de Menger, que defende uma teoria subjetiva do valor em que todos os fenômenos se derivam de ações determinadas subjetivamente pelos indivíduos; e de Böhn-Bawerk, que estabelece como lei suprahistórica da ação humana o “fato” de que todo e qualquer indivíduo quer somente realizar os seus desejos o mais rápido possível (GROS, 2002). Autores como Hayek, Mises e Friedman, fundamentam-se em tal tradição não só para divulgar tais teses, bem como para desenvolver às suas próprias. Friedman, por exemplo, defende que só existem duas formas de gerir a economia, ou despoticamente por meio de um governo central que impõe coercitivamente seus planos; ou democraticamente por meio do mercado, onde os indivíduos associam-se voluntariamente. Enfim, não cabe aqui uma exegese das teorias neoliberais, que são diversas na sua defesa do indivíduo e do mercado. Como forma de identificar a unidade do neoliberalismo, cita-se uma das definições de David Harvey, segundo o qual o neoliberalismo é uma

Doutrina das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos

direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio (HARVEY, 2005, p.12).

Essa doutrina unificada pela tese que defende o livre mercado como a forma mais eficiente de promover a existência humana, e que foi marginalizada durante todo o período fordista-keynesiano, ao encontrar-se com a crise do pacto keynesiano-fordista, encontrou-se também com uma fração de classe disposta a assumir a hegemonia de um novo pacto pós-crise, a alta burguesia financeira internacional. A qual tomando para si esses dispositivos teóricos passou a advogar com mais força um projeto político de desestruturação dos Estados de Bem-Estar Social. Com o estabelecimento de uma rede internacional de bolsas, premiações e incentivos, a hegemonia do pensamento neoliberal foi se constituindo e assumindo os postos-chave nos principais órgãos internacionais tais como o FMI e o Banco Mundial. Para além desses órgãos, a doutrina neoliberal começou a ser adotada em Estados-nacionais diversos, bem como pela ditadura de Pinochet, no Chile; posteriormente, por Thatcher no Reino Unido; Reagan nos Estados Unidos; e progressivamente nos mais diferentes países, em especial os latino-americanos, que incorporam o neoliberalismo mediante a pressão e a chantagem econômica dos organismos internacionais de crédito e financiamento. O neoliberalismo assim, não se concretizou apenas como uma perspectiva de desenvolvimento, teoria econômica, política econômica, etc., mas também como uma nova etapa do capitalismo (KATZ, 2016), agora globalizado, hegemônico pelo capital financeiro especulativo e “não lastreado” à produção material de riqueza. De acordo com Harvey, o processo neoliberalizante foi um processo pelo qual uma classe restaurou e ampliou o seu poder, superando uma época em que esse era delimitado por restrições impostas por um tipo de Estado democrático ampliado e pressionado pelas conquistas sociais do leste socialista. Enquanto programa político, a síntese que se derivou da teoria foram às dez orientações estabelecidas no Consenso de Washington, que apontavam para a disciplina fiscal, para a liberalização financeira e comercial, para a desestatização da economia e a flexibilização do trabalho (KATZ, 2016, P.82). De acordo com Ibarra,

A Supressão do protecionismo, da política industrial e de outras formas de intervencionismo estatal, unida às privatizações e à abertura de fronteiras, alterou radicalmente a distribuições de ingressos, as oportunidades de progresso e a própria estratificação social. Da estratégia do crescimento interno, passou-se a postular as exportações como via de progresso, a estabilidade dos preços e orçamentos e preencheu o lugar ocupado anteriormente pelas metas de geração de emprego (IBARRA, 2011, p. 240-241).

No Brasil, primeiramente esse ideário foi incorporado pelo Governo Collor que suspendeu as barreiras não-tarifárias às compras do exterior e a redução das tarifas de

importação. Foi esse governo que aplicou também um programa de desregulamentação das atividades econômicas e de privatização de empresas estatais, não mais orientando-se pela perspectiva de estruturar um parque industrial diversificado, mas tendo como horizonte a especialização produtiva (SALLUM JR, 2000). Os Governos de Fernando Henrique Cardoso seguiram no aprofundamento da política neoliberal, fazendo isso

através da aprovação quase integral de projetos de reforma constitucional e infra-constitucional que submeteu ao Congresso Nacional. Os mais relevantes foram: a) o fim da discriminação constitucional em relação a empresas de capital estrangeiro; b) a transferência para a União do monopólio da exploração, refino e transporte de petróleo e gás, antes detido pela Petrobrás, que se tornou concessionária do Estado (com pequenas regalias em relação a outras concessionárias privadas); c) a autorização para o Estado conceder o direito de exploração de todos os serviços de telecomunicações (telefone fixo e móvel, exploração de satélites, etc.) as empresas privadas (antes empresas públicas tinham o monopólio das concessões) (SALLUM JR, 2000, p. 32).

Durante o segundo mandato de FHC, o consenso neoliberal divide-se entre duas correntes no interior do governo, que Sallum Jr chama de neoliberais doutrinários, por um lado; e liberais desenvolvimentistas, por outro. A compreensão de Sallum Jr é corroborada por Diniz e Boschi, os quais identificam também uma divergência no que tange a orientação econômica no interior do governo. Uma das correntes preconizava uma

participação maior do Estado no estímulo aos setores produtivos e na regulamentação e fiscalização da concorrência com o capital estrangeiro, além de ressaltar a necessidade de uma política industrial capaz de fortalecer as empresas nacionais e garantir a retomada do crescimento (DINIZ E BOSCHI, 2007, p.59).

Seus principais expoentes no interior do governo seriam Bresser Pereira e Pimenta da Veiga. A outra perspectiva, defendida por Armínio Fraga, Gustavo Franco, Pedro Malan e Pedro Parente entendia o desenvolvimentismo como uma ameaça a estabilidade.

o caminho adequado seria manter a prioridade da austeridade fiscal, a continuidade das privatizações, o aprofundamento da internacionalização da economia, o estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, o livre-mercado e a redução do papel do Estado na economia (DINIZ E BOSCHI, 2007, p.59).

Essa divergência de “opinião teórica” no interior do governo serve já como um indicador importante de divergência também entre o empresariado. De acordo com Diniz e Boschi (2003) as divergências no empresariado se deveram a dois fatores, o primeiro de ordem econômica, vinculado à reestruturação produtiva, à abertura econômica e ao sacrifício do crescimento em nome da estabilidade. E o segundo, de ordem política, pois, referia-se à desconsideração da estrutura de representação oficial corporativa por meio das federações empresariais. O governo FHC seria um governo excessivamente fechado em sua tecnocracia,

excluindo dos processos de decisão uma parte do empresariado que estava historicamente acostumada a intervir por aqueles meios. Em suma, pode-se dizer que enquanto uma parte do empresariado integrou-se ao processo de abertura econômica mediante associação, compras e fusões e adequou-se aos novos mecanismos de influência, tal como o Lobby; outra parte inseriu-se nesse processo de maneira diferenciada, observando a política neoliberal como uma ameaça, pois a

Abertura indiscriminada, juros altos e sobrevalorização da moeda teriam criado um ambiente muito favorável aos interesses financeiros em detrimento dos interesses industriais, privilegiando ainda o capital estrangeiro em detrimento do doméstico, o que também teve implicações negativas para o conjunto da economia ao gerar estagnação e altas taxas de desemprego (DINIZ e BOSCHI, 2003, p.25).

Dessa maneira, foi se desenhando então a futura frente neodesenvolvimentista a qual se refere Armando Boito Jr, ou seja, pelo o encontro entre uma parte do empresariado (insatisfeito e inseguro em relação às políticas neoliberais ortodoxas de um governo não tão aberto ao diálogo pelas vias institucionais do corporativismo) com um partido de massa disposto ao diálogo e à negociação no que tange ao projeto de desenvolvimento aplicado. Nesse contexto, o desenvolvimentismo ressurgiu com o prefixo neo propondo um programa político e econômico de: a) recuperação do salário mínimo e medidas de transferência de renda para camadas mais pobres e, por consequência, com maior propensão ao consumo; b) aumento do orçamento do BNDES a juros favorecidos para o financiamento de empresas nacionais; c) uma política externa de apoio a empresas brasileiras ou instaladas no Brasil para exportação de capitais; d) políticas anti-cíclicas; e e) maior investimento em infra-estrutura (BOITO JUNIOR, 2012). Tal programa não se confunde com o desenvolvimentismo clássico observado durante o século XX devido ao contexto próprio do neoliberalismo, dessa maneira, o “neodesenvolvimentismo é o desenvolvimentismo da época neoliberal” (BOITO JUNIOR, 2012, p.6) comportando diferenças com o seu antecedente do século XX, tais como taxas de crescimento mais modestas, uma menor importância do mercado interno e do parque industrial local, um autoengajamento no processo de especialização produtiva na divisão internacional do trabalho e a direção de uma burguesia sem nenhum traço nacionalista. (BOITO JUNIOR, 2012).

5. Considerações finais

Nessa parte do trabalho a proposta aponta para o estabelecimento de uma relação entre as ideologias do desenvolvimento dominantes no cenário da luta entre frações burguesas no

Brasil da época neoliberal e as ideologias do desenvolvimento (e teorias) desenvolvidas ainda no século XX, apresentadas na primeira parte do ensaio. Nesse sentido, para a operação de estabelecer relações, opor-se-ão aqui as principais teorias em dois grandes blocos explicativos, o da determinação interna e o da determinação externa.

No bloco da determinação interna localizam-se as teorias nacional-burguesa, autoritário-modernizante e a do desenvolvimento endógeno (de Francisco de Oliveira). No bloco da determinação externa, localizam-se as perspectivas da vocação agrária, da teoria marxista da dependência e da teoria da dependência. Em nenhum dos dois blocos estão as perspectivas pós-desenvolvimentistas, pois essas não buscam propriamente uma explicação para o caráter do desenvolvimento do capitalismo brasileiro, vislumbram apenas identificar seus efeitos.

No bloco das determinações internas percebe-se a forte influência de Keynes e, até certa altura, de uma perspectiva nacional. Considera-se que esse bloco corresponde ao conjunto de perspectivas correspondentes a uma parte da burguesia brasileira que resguardou até certo momento, um projeto de nação brasileira e que, perdendo totalmente o horizonte nacional no decorrer da história de sua constituição, resguarda ainda uma desconfiança em relação a livre competição com o capital internacional e alguma ambição hegemônica no plano internacional-periférico. Nessa interpretação, o neodesenvolvimentismo não é apenas o desenvolvimentismo da época neoliberal, mas também a perspectiva nacional-burguesa depurada e domesticada em seus elementos radicais e efetivamente nacionais pelo processo autoritário-modernizante. Nesse sentido, uma hipótese possível é a de que o Estado autoritário unificou e organizou a burguesia brasileira, à época dividida entre nacional e exportadora/compradora, transformando ambas numa única grande burguesia interna, fortalecida pelo Estado e pelo projeto modernizante autoritário. No processo de desestruturação desse pacto autoritário modernizante essa grande burguesia interna cinde-se novamente, agora, por sua vez em burguesia associada e burguesia interna.

Ainda no mesmo bloco, a tese de Francisco de Oliveira chama atenção por parecer uma obviedade ignorada. Particularmente, ao autor do presente artigo chama a atenção também pelo fato de a tese de Oliveira caracterizar de modo preciso o caso da Petrobrás, pois de acordo com Gabriel Cohn (1968) antes da aprovação da legislação monopolista, o Estado brasileiro consultou petrolíferas internacionais no sentido de promover a associação de capitais para produção de petróleo em território brasileiro. As petrolíferas, devido aos altos custos de mapeamento, exploração e produção, bem como a abundância de petróleo em outras

localidades e o baixo preço do barril na época, declinaram e não manifestaram interesse. Com essa negativa, o Estado brasileiro, por sua própria conta, fundou uma empresa estatal que se tornara a mais valiosa empresa em operação no país e uma das mais valiosas do mundo, uma empresa com altíssimo valor tecnológico agregado, o que a fez despontar na vanguarda da exploração em alto mar. Essa empresa, a Petrobrás, após desenvolver-se endogenamente mediante altíssimo investimento público e tendo feito umas das principais descobertas petrolíferas do século XXI passou a ser, então, objeto de interesse, seja para associação ou mesmo para a liquidação.

Numa primeira visão panorâmica, observa-se que o neoliberalismo e o projeto de desenvolvimento que dele se deriva, não tem origem histórica em nenhuma das grandes vertentes do pensamento social brasileiro. Mesmo os liberais ortodoxos que fundamentaram a linha autoritário-modernizante, compreendiam as especificidades da periferia capitalista e o papel central que o Estado ocupava nesses processos específicos de desenvolvimento, mesmo que apenas num período inicial. No entanto, apesar de a tese aqui defendida ser a de que a teoria neoliberal é totalmente exógena à tradição teórica nacional e aos próprios problemas brasileiros, sendo importada num fluxo “top down” por excelência, defende-se que esse corpo estranho foi incorporado a partir de afinidades previamente existentes no território nacional. Essas afinidades são aquelas que residem no bloco da explicação pela determinação externa (excluindo-se, obviamente, a TMD, que asseverava a impossibilidade do desenvolvimento sob a ordem do capital e tinha como foco de influência o proletariado, não a burguesia). Ou seja, propõe-se não só uma afinidade entre as teses fatalistas da dependência – associação ou nada! – e o neoliberalismo; mas também uma espécie de “continuidade histórica coerente” entre vocação agrária, dependente associado e neoliberal. Desse modo, os vetores sociais aos quais tais teorias se referem fazem parte de uma burguesia brasileira que, passando pelas transformações do tempo, está “vencionada” à representar o externo no interno, numa lógica que identifica esses dois âmbitos como equivalentes, “se um vai mal, o outro obrigatoriamente vai mal e vice-versa”. Disso deriva-se, portanto, outra hipótese: a de que a história do Brasil moderno é a história da luta entre duas frações burguesas, como se a revolução de 1930 e a contra-revolução de 1932 se reproduzissem repetidas vezes sob condições diferenciadas, cessando somente nos momentos em que a organização popular ameaça o poder da burguesia enquanto classe que, então se unifica, para desorganizar tal ameaça.

Se existe essa conexão entre tais perspectivas, pode-se dizer que as perceptivas pós-desenvolvimentistas são as neoliberais por excelência. Pois, nascendo já no bojo da crise

desenvolvimentista e no início da supremacia neoliberal, naturalizam o papel não econômico e não indutor de desenvolvimento do Estado. Cabendo a esse último a função única e exclusiva de remediar os efeitos colaterais de uma realidade inevitável, o capitalismo neoliberal. Portanto, se o capitalismo neoliberal é inevitável e ele tem consequências tais como o desemprego, a desigualdade social, etc., restam à sociologia e à economia não o estudo das tendências que possibilitam a sua superação (vistas agora como utopia), mas o estudo e o desenvolvimento de políticas que minimizem esses males e não perturbem os ciclos de acumulação.

Por fim, considera-se que este artigo buscou estabelecer apenas uma primeira aproximação acerca das origens e dos fundamentos das duas ideologias do desenvolvimento vinculadas às frações de classes que serão estudadas e que se apresentam no ideológico e no político como meras correntes de opinião. Essa primeira e precária aproximação tem que ser ainda expandida e reorganizada. No entanto, como ensaio exploratório que tem por objetivo começar a “tatear pela beiradas” o objeto, o resultado que se tem, do ponto de vista instrumental, parece ser satisfatório, pois, desde já, revela-se muito útil.

6. Referências

BOITO JUNIOR, Armando. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo.

BOITO JUNIOR, Armando. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

COHN, Gabriel. **Petróleo e Nacionalismo**. São Paulo, Editora Difusão Europeia do Livro, 1968.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **A Difícil rota do desenvolvimentos: empresários e agenda Pós-Neoliberal**. Belo Horizonte: Editora UFMG. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Empresariado e Estratégias de desenvolvimento RBCS Vol. 18 nº. 52 junho/2003**.

GROS, Denise Barbosa. **Institutos liberais e neoliberalismo na Nova República**. Campinas, tese de doutorado apresentada junto ao PPG de Ciências Sociais, Unicamp, 2002.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HOBBSAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 2015.

HUNT, E.K; SHERMAN, Howard J. **História do Pensamento Econômico**. Petrópolis: Editora vozes, 1977.

IBARRA, David. **O neoliberalismo na america Latina**. Revista de Economia Política, vol. 31, nº 2 (122), pp. 238-248 abril-junho/2011.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo, Socialismo**. São Paulo: Expressão Popular e Fundação Perseu Abramo, 2016.

LEME, Alessandro, André. **Desenvolvimento e sociologia: uma aproximação necessária**. Soc. Estado. Brasília , v. 30, n. 2, p. 495-527, Aug. 2015.

MANTEGA, Guido. **Teoria da dependência revisitada - um balanço crítico**. EAESP/FGV/NPP - núcleo de pesquisas e publicações. relatório de pesquisa Nº 27/1997.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

SALLUM JR., Brasílio. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo**. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 23-47, out. 1999 (editado em fev. 2000).

Recebido em maio de 2018

Aprovado em dezembro de 2018